



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/06/2015

INDICE

1. JUÍZES	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1 - 2
2. PROJETO CASA DA CRIANÇA	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3 - 5
3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	6

AIL inicia preparativos para o SALIMP

A coordenação prevê maior participação de público no evento literário

Domingos Cezar

Membros da Academia Imperatrizense de Letras – AIL estiveram reunidos na tarde da última quinta-feira (11) sob a liderança do presidente em exercício, Raimundo Trajano Neto, quando deliberou sobre vários temas culturais, mas principalmente, sobre a realização do 13º Salão do Livro de Imperatriz – SALIMP, prevista para outubro próximo.

No que diz respeito ao SALIMP, a acadêmica Edna Ventura, coordenadora das últimas edições, informou que o presidente Luis Carlos Porto estivera reunido com o secretário Domingos Cezar Ribeiro e o tesoureiro Francisco Itaerço Bezerra, e a assessora Núbia Carvalho, para tratar do projeto a ser encaminhado ao governo do estado, por intermédio da Secretaria de Esta-



Domingos Cezar

O presidente em exercício, Trajano Neto, coordenando a reunião com os acadêmicos e visitantes.

do de Cultural – SECULT.

Ela informou que o projeto já se encontra praticamente pronto para ser encaminhado aos parceiros (patrocinadores), bem como a comissão já começou a delinear sobre os nomes dos palestrantes, bem como, dos artistas que se apresentarão na Arena Multicultural. Para Edna Ventura, “as coisas estão caminhando em seu rumo certo”.

Na ocasião os acadêmicos receberam o professor Gilmar Dias, que veio apresentar à Academia seu projeto, tema de trabalho de sua especialização na UEMA, que trata da produção literária de Imperatriz, bem como a forma que ela é recebida pelos leitores. O funcionário público Wilson Ribeiro Nava, também apresentou e fez doação de seu livro “Nava” a ser lançado brevemente.

Finalmente foi tratado sobre a reunião itinerante de Itinga do Maranhão, que se realizará às 19h, do dia 19 de junho. O secretário Domingos Cezar Ribeiro informou que o juiz Delvan Tavares gentilmente cedeu um veículo van que serve ao projeto Arte & Cidadania nas Escolas, para fazer o transporte dos acadêmicos.

Observou que a saída está prevista para as 17h00, da porta da Academia de Letras, na Praça da Cultura, para que não haja atraso na programação. Ficou definido que o acadêmico Edmilson Sanches ministre palestra sobre a vida e obra de Bernardo Sayão. A AIL já realizou em maio passado reunião itinerante em João Lisboa, quando o acadêmico Sálvio Dino proferiu palestra sobre a vida e obra do homem que cedeu seu nome à vizinha cidade.

Delegação de Imperatriz segue à São Luis participar do Encontro Estadual de Cultura

Na visão do presidente da Fundação Cultural de Imperatriz - FCI, Antonio Mariano de Lucena Filho, o município de Imperatriz precisa eleger o maior número de delegados no Encontro Estadual de Cultura visando aumentar sua representatividade e poder assim ficar mais perto das políticas públicas culturais e dos recursos destinado a esse setor.

Por essa razão, uma delegação segue na manhã desta segunda-feira (15), para São Luis, participar, na terça-feira (16) do Encontro Estadual de Cultura. O evento que reunirá representantes de vários municípios do estado acontecerá no Reviver, Centro Histórico de São Luis, nos teatros João do Vale, Alcione Nazareth, e em outros órgãos culturais do estado.

Na tarde da última quinta-feira, o presidente da FCI es-

teve reunido com os delegados eleitos na assembleia que aconteceu no último dia 15 de maio, no auditório da Academia Imperatrizense de Letras - AIL, para tratar dos preparativos da viagem. Os delegados representam os segmentos culturais: Arte Cênica, Música, Literatura, Artes Visuais, Cultura Popular, Cultura Étnica e Artes Plásticas.

No segmento Literatura foram eleitos e seguem para São Luis, os escritores Domingos Cezar Ribeiro, José Bonifácio Cezar Ribeiro (Zeca Tocantins) e João Francisco da Silva (Chicô). Nas Artes Plásticas, Charles de Oliveira Silva e no quesito Artes Visuais, Antonio Fabrício Evangelista Barbosa e Maria das Graças Oliveira Costa.

O grupo de Cultura Popular, Wanderson Rafael Rodrigues Pereira, Janilson de Co-

ima Bezerra, Elen Dias Bezerra Sousa, Lariza Rakel Menezes Rodrigues, Osório Mendes Neto, Adilson da Silva Alves e Paulo Roberto de Oliveira Sá, Carlos Eduardo Palhares, Andréia Nunes dos Santos, Nilvania Costa e Maria Eunice Bezerra da Silva.

Do segmento Música seguem para o Encontro Estadual, Jorge Fernando Marinho Oliveira, Eliezer Gomes de

Macedo Junior e Alberto da Silva Costa Correia. A delegação viaja em uma van cedida pelo juiz Delvan Tavares e ficará hospedada na Colônia de Férias cedida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão, Pará e Tocantins - STEFEM, por intermédio de seu presidente, o sindicalista Lúcio Azevedo. *(Domingos Cezar)*



Tom Neves

Os delegados reunidos com Lucena Filho para tratar da viagem à capital do estado

'INADOTÁVEIS'

Crianças rejeitadas para adoção são maioria em abrigos de São Luís

Enquanto a legislação vigente estabelece as instituições acolhedoras de crianças e adolescentes como sendo um lugar excepcional e temporário, a realidade nos orfanatos e abrigos de São Luís é bem diferente: a maioria deles vê o tempo passar sem encontrar uma família interessada na adoção. A maioria dos desabrigados

tem o perfil de "inadotável". São meninos e meninas de faixa etária entre 5 e 17 anos de idade, considerados de "adoção tardia". O Jornal Pequeno visitou quatro instituições acolhedoras de crianças e adolescentes de São Luís e conversou com os profissionais das equipes técnicas desses locais.

PÁGINA 1 [C2]

G.FERREIRA/FRANCISCO SILVA



Nos abrigos, sempre há espaço para recreação dos pequenos

'INADOTÁVEIS'

Crianças rejeitadas para adoção são maioria em abrigos de São Luís

São meninos e meninas com chances quase nulas de adoção, por terem mais de 5 anos, serem negros, apresentarem alguma deficiência física ou não poderem se separar dos irmãos

**LUCIENE VIEIRA
ESPECIAL PARA O JP
E OSWALDO VIVIANI**

Enquanto a legislação vigente estabelece as instituições acolhedoras de crianças e adolescentes como sendo um lugar excepcional e temporário, a realidade nos orfanatos e abrigos de São Luís é bem diferente: a maioria dos abrigados vê o tempo passar sem encontrar uma família interessada na adoção.

A maioria dos desabrigados tem o perfil de "inadotável". São meninos e meninas de faixa etária entre 5 anos a 17 anos de idade, considerados de "adoção tardia".

O **Jornal Pequeno** visitou quatro instituições acolhedoras de crianças e adolescentes de São Luís e conversou com os profissionais das equipes técnicas desses locais.

Uma das instituições visitadas pelo **JP** foi a Casa Família, no Tururu. Das 20 crianças que estão atualmente na casa, segundo a psicóloga Célia Queiroz, 15 (75%) devem chegar à maioridade na instituição. Essas crianças têm mais de cinco anos, e dessas, nove já moram na casa há mais de seis anos.

De acordo com a psicóloga, nenhuma criança na Casa Família está em processo de adoção. "O que faz uma criança não ser adotada não é o tempo que ela fica no abrigo, mas a idade cronológica. Como temos muitas crianças com idade tardia para o processo de adoção, elas ficam conosco por muitos anos", explicou Célia Queiroz.

"Entre os casos mais difíceis de adoção na Casa Família, temos o J.P.S, de 11 anos, negro, que tem mais três irmãos. Ele está há bastante tempo na casa, e deve ficar aqui até alcançar a maioridade",



Nos abrigos, sempre há espaço para recreação dos pequenos

disse Célia.

Além da idade, segundo a psicóloga, outras três características identificam o perfil de uma criança "inadotável": ter alguma deficiência física, ter irmãos e ser negra.

Quando alcançam a maioridade nas instituições acolhedoras, os jovens abrigados são considerados pelo Estado aptos a viver por conta própria, mesmo quando não têm capacitação profissional.

Davi Diniz tem 18 anos, e está há dez na Casa Família. "Ele é um exemplo de criança institucionalizada, que cresceu num abrigo, e não tem referência familiar", afirmou Célia Queiroz.

"Davi não é obrigado a sair da instituição imediatamente. Se não jogamos nossos filhos na rua quando alcançam a maioridade, porque faríamos isso com alguém sem ninguém para orientar e apoiar", completou Célia.

Segundo a psicóloga, o jovem prestou vestibular pelo programa Exame Nacional de Ensino Médio

(Enem) e procura vaga em uma universidade do Maranhão, além de fazer entrevistas e seletivos de emprego. Em São Luís não existe um programa de acolhimento direcionado exclusivamente a esse público.

No Lar Dom Calábria, localizado na Cidade Operária, e mantido pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), 100% das crianças estão em fase de "adoção tardia".

A instituição, que tem atualmente 7 crianças, todas com mais de 5 anos, é cuidada pelo casal Antônio Soares Nascimento e Gisele Cristina Fontes. Eles têm dois filhos biológicos, de 5 anos e 10 anos, e há quatro anos são responsáveis pelo convívio das crianças no abrigo.

Segundo a assistente social do Lar Dom Calábria, Florene Corrêa Lindoso, as casas lares são as que mais se aproximam de um ambiente familiar.

"Oito crianças é o número máximo de acolhidas nesse tipo de

instituição. Isso porque elas são cuidadas por cônjuges, que representam o papel de pai e de mãe na instituição. Eles não adotam as crianças, mas cuidam delas, e por isso, também passam pelos mesmos cursos preparatórios e consultas psicológicas exigidas no processo de adoção, nos quais os adotantes são submetidos”, disse a assistente social.

Já na Unidade Instituição Acolhedora Casa de Passagem, no Cohatrac, das 19 crianças, 14 têm mais de 5 anos. De acordo com o diretor da instituição, Glécio Santos Silva, as crianças só podem ficar nesse abrigo até os 12 anos. Depois, caso elas não retornem para as famílias núcleo (pai e mãe), ou famílias extensas (tios, avós e padrinhos), são encaminhadas para outro abrigo.

Nenhuma das crianças que estão hoje na Casa de Passagem, segundo o diretor, tem mais de dois anos na instituição. Na maioria das vezes, vêm de lares desagregados, com pais usuários de álcool ou droga, prostitutas ou moradores de rua.

“As crianças vêm para o abrigo por medida de proteção. O tempo de dois anos é o que a Justiça credita à reabilitação dos pais, quando ainda há interesse de retorno da criança ou adolescentes à família. É um tempo marcado por sofrimento, angústia e solidão”, disse Glécio Santos.

Esses sentimentos também atingem as crianças da Casa da Criança, no Apeadouro. “Você vai trazer meus pais? Quando meus pais vão vir me buscar?”, são as perguntas mais frequentes feitas pelas crianças da Casa, segundo a coordenadora Especial da Infância e Juventude e diretora da Casa da Criança, Lucileide Ribeiro Dias Ribeiro Gonçalves. “O sentimento



A Casa da Criança, no Apeadouro, é mantida pelo TJ-MA

de felicidade para elas é ter um pai e uma mãe”, disse Lucileide.

A coordenadora relata que, apesar da atuação de uma equipe técnica, com excelentes profissionais: assistentes sociais, psicólogos, médicos e enfermeiros, além de 36 cuidadoras – mulheres responsáveis em dar banho e comida as crianças, levá-las para a escola, e ajudá-las nas tarefas escolares –, isso não substitui o tratamento individualizado de pai e mãe.

Criada em dezembro de 1997, a Casa da Criança é mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Nesses 18 anos de atuação, a instituição já realizou 322 acolhimentos, com 184 crianças adotadas e 93 retornando ao convívio familiar.

Hoje, no Brasil, existem 5.667

crianças registradas e 33.538 adultos requisitando a adoção, segundo informações divulgadas no site da Central Nacional de Adoção (CNA).

No Maranhão, dados fornecidos pela 1ª Vara da Infância e Juventude, 61 crianças e adolescentes, e 281 adotantes estão cadastradas na Central.

Em São Luís, apenas 32 crianças e adolescentes estão cadastrados, e 124 adultos passam pelo processo de adoção. As especificações escolhidas pelos pretendentes, no entanto, criam incompatibilidade. O fator de maior discrepância diz respeito à idade: apenas 6% dos adotantes brasileiros aceitam crianças entre sete e 17 anos, enquanto essas correspondem a 87% das cadastradas.



Glécio Santos, da Casa de Passagem: maioria das crianças abrigadas tem mais de 5 anos

PASSO A PASSO DA ADOÇÃO

Primeira fase - habilitação

A corregedoria da Justiça do Maranhão instituiu o fluxograma que deverá ser utilizado em todo o Estado para a inclusão de candidatos em adotar no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

O candidato interessado em se habilitar no processo de adoção deve procurar a Primeira Vara da Infância e Juventude, onde receberá um encaminhamento à Divisão Psicossocial, que realiza análise o interessado num exame psicossocial, e realiza o Curso de Habilitação para adoção. O interessado também é orientado sobre o CNA.

Depois de passar pela Divisão Psicossocial, o certificado do curso de habilitação e pareceres psicossociais é protocolado na Secretaria Judicial, responsável pela autuação do pedido de habilitação de adoção.

Os documentos são encaminhados para o gabinete do juiz. Se a sentença for favorável, a Secretaria Judicial encaminha os interessados para inscrição no cadastro local e nacional de adoção do CNA. Caso a sentença seja desfavorável, os documentos do interessado são arquivados.

Segunda fase – Adoção

O interessado deve esperar o contato da Vara da Infância. Eles informam a disponibilidade de crianças dentro do perfil solicitado e marcam uma visita no abrigo. Depois de conhecer a criança, o adotante passará por um estágio de convivência.

Nesse período, a inserção da criança na família será avaliada pela Vara da Infância, e por um psicólogo. O adotante deve esperar o posicionamento do Ministério Público e logo a sentença do juiz para o pedido de adoção.

A adoção, segundo o juiz José Américo, é irrevogável e irretratável. “A criança passa a ter todos os direitos do filho biológico”, afirmou o juiz. *(LV e OV)*